



Revista de Políticas Públicas

ISSN: 0104-8740

revistapoliticaspublicasufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Panhoca, Ivone; Mendes de Melo Bonini, Luci
RESPONSIVIDADE E CONSCIÊNCIA POLÍTICA: posicionamento de universitários brasileiros diante
de temas como pagamento de impostos e obtenção de melhorias
Revista de Políticas Públicas, vol. 18, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 205-215
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131780016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RESPONSIVIDADE E CONSCIÊNCIA POLÍTICA: posicionamento de universitários brasileiros diante de temas como pagamento de impostos e obtenção de melhorias

Ivone Panhoca

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

Luci Mendes de Melo Bonini

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

RESPONSIVIDADE E CONSCIÊNCIA POLÍTICA: posicionamento de universitários brasileiros diante de temas como pagamento de impostos e obtenção de melhorias

Resumo: O estudo toma como referência uma pesquisa com um grupo de 72 universitários de um curso de Direito de uma universidade particular do estado de São Paulo, convidado a responder à questão: *Você concorda que na medida em que você – ou pessoas de sua família – paga(m) os impostos, os serviços públicos como a saúde, a educação e a segurança pública melhoram? Por quê?* O objetivo do estudo foi verificar como os sujeitos enfocados vêem a relação entre a arrecadação de impostos no Brasil e sua efetivação na distribuição de bens e de serviços e em que medida eles compreendem o papel responsável do cidadão nesse processo. Expõe que o conflito entre o que diz o Estado sobre a construção da cidadania no país e o que realmente jovens universitários compreendem do seu papel nesse contexto foi expresso nas respostas de acadêmicos que não percebem que a participação do cidadão vai além do pagamento de impostos e que não apreendem a tensão dialética entre Estado e sujeito como entes que devem interagir em processo de imbricação de linguagens, de valores e de crenças que darão suporte ao tecido semiótico que os constroem e que compõem o dia a dia do homem em sociedade.

Palavras-chave: Responsividade, democracia, cidadania.

RESPONSIVITY AND POLITICAL CONSCIENCE: positioning of brazilian university students towards themes as tax payment and obtaining improvements

Abstract: The study take as reference a research with a group of 72 students of law from a private university in the state of São Paulo, whom was asked to answer the question: "Do you agree that when you – or someone in your family - pay taxes, services as public health, education public security services get better? Why? The aim of this study is to determine how the subjects see the relationship between tax collection in Brazil and its implementation in the distribution of public goods and services and how they understand the responsible role of the citizen is this process. Exposes the conflict between of what the government says about the building of citizenship in the country and what the students really understand about their role in this context was expressed in answers that students do not realize that the participation of the citizen goes beyond the payment of taxes, and they do not perceive the dialectical tension between governments and individual as entities that must interact in a complex process in which exist language, values and beliefs that will support the semiotic web that build the day-by-day life of man in contemporary democratic society.

Keywords: Responsivity, democracy, citizenship

Recebido em 28.02.2013 Aprovado em 22.04.2014.

1 INTRODUÇÃO

Responsividade, segundo a Organização Mundial de Saúde, é definida pelas respostas encontradas nos sistemas de saúde, principalmente quando esses sistemas foram projetados para dar conta de suas funções e responder apropriada e legitimamente a todas as expectativas de seus usuários. Este termo vem adentrando, cada vez mais, as teorias nas análises das políticas públicas, uma vez que estas últimas têm o objetivo de atender os anseios dos sujeitos no que se refere à distribuição dos bens e serviços públicos, além daqueles afetos à área da saúde.

O conceito de responsividade compreende, então, uma resposta responsável e desta forma entende-se que o indivíduo interage com seu meio, conquistando direitos e garantias individuais que farão dele um cidadão, consciente - em alguma medida - de seu papel político. Dentre os diversos canais de diálogo entre o Estado e o cidadão estão as políticas sociais, campo em que o Brasil vem avançando, desde o artigo 6º. da Carta Magna de 1988 até os programas de mitigação das desigualdades das duas últimas décadas, havendo, no entanto, ainda muito a ser feito.

Pretendeu-se, no presente estudo, compreender como os sujeitos enfocados percebem (ou não) relações entre os impostos que são pagos pelos cidadãos e a melhoria de bens e serviços públicos e como eles participam politicamente do processo decisório da distribuição do montante advindo dos impostos. Pretendeu-se, portanto, compreender como tais acadêmicos se posicionam - de forma responsável - quanto ao pagamento de impostos e o retorno disso, na forma de implementação de bens e serviços públicos.

Fala-se, aqui, do sujeito que se encontra rodeado de desafios culturais, políticos, sociais e que nem sempre apreende o real sentido de *cidadania*. Entende-se que aspectos sociais, ideológicos e culturais devam ser considerados no cenário que foca o sujeito social, a um só tempo marcado pelas condições sócio-históricas e corresponsável por elas.

Amparados por autores como Piovesan (2003), Gupta (2010), Habermas (2010) e

Bakhtin (2010a; 2010b), Garcia e Yáñez (2012), Popescu (2011) e Lindaman (2011), Bratton (2012) as autoras efetuaram a análise de fragmentos que ganharam a forma de discurso-resposta dos universitários diante de uma questão que envolvia a relação entre pagamento de impostos e recebimento de melhorias nas diferentes áreas da vida em sociedade.

Quando a interação indivíduo-Estado é frágil há uma baixa responsividade, muitas vezes com a aceitação da corrupção, nos diferentes níveis de governo, como fator impeditivo da obtenção de melhor distribuição dos bens e mais qualidade dos serviços públicos.

Para Stokey e Zechauser (apud GUPTA, 2010) um dos grandes desafios na pesquisa em políticas públicas é encontrar meios e medidas para se estudar a concepção de bem estar-social de dois ou mais indivíduos de modo a compreender tal conceito com maior amplitude.

2 RESPONSABILIDADE PÚBLICA: esboço de uma Teoria

A responsividade do ser humano é constituída em processo de construção da *consciência de si mesmo* e das suas responsabilidades sociais, processo dinâmico e contínuo que avança na medida em que se alargam as noções de direitos, de deveres e de garantias individuais.

O Estado de Proteção Social foi uma resposta da atividade produtiva, pois a classe trabalhadora atuou na obtenção de políticas e programas sociais que se expandiram de modo acelerado no Brasil nas duas últimas décadas, tendo-se como exemplo os programas sociais advindos desde ascensão das classes trabalhadoras aos governos locais e federais. Em relação ao aumento de gastos com seguridade social, por exemplo, Wilensky (apud ARRETICHE, 1995, p. 9, grifo do autor) afirma que esta resposta:

[...] é uma consequência natural do crescimento econômico e seus efeitos demográficos e é acelerado pela interação das pressões políticas

das elites e das pressões das massas e das burocracias do *welfare*.

Piovesan (2003) lembra que a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, novos sujeitos de direito surgiram no cenário democrático brasileiro, com um aumento da quantidade de bens merecedores de tutela a fim de que se ampliassem os direitos sociais, econômicos e culturais.

O discurso dos direitos e garantias individuais nos regimes democráticos pós-guerra veio como uma resposta aos crimes em massa cometidos sob o regime nazista (HABERMAS, 2010). Iniciado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, esta postura projetou-se, lentamente, nas construções democráticas contemporâneas.

Lentamente as respostas às necessidades de bem-estar humano partiram de pressões públicas e de governos, que paulatinamente se tornaram responsivos aos anseios da população. Por um lado, entende-se que a responsividade pública conduz a uma importante motivação da parte dos políticos que representam o povo, fazendo com que os *inputs* públicos no processo político sejam mais significativos pelo fato de trazerem as necessidades e as demandas do cidadão. Por outro lado, autores como Piovesan (2003) consideram que o movimento democrático de 1988 acabou por delinear um estado intervencionista. Dessa forma, os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, segundo a autora “[...] são acionáveis e demandam séria e responsável observância.” (PIOVESAN, 2003, p. 343), por parte do estado, com o objetivo de alcançar uma aplicação mais imediata e menos discriminatória.

De acordo com Lindaman (2011), a responsividade governamental, diante dos anseios da população, é a chave de uma democracia saudável. A questão é saber se o cidadão responde (e como responde) às ações do governo na forma de participação das arenas de decisões e na composição das agendas das políticas sociais. Wlezien e Soroka (2010) consideram que a responsividade pública às políticas dos

governos é um componente fundamental dentro de uma democracia representativa. Garcia e Yáñez (2012) lembram que a análise da responsividade dos governos locais às associações de classe e/ou movimentos sociais vem sendo um debate constante nos estudos das dinâmicas sociais na Espanha.

As significações, que o sujeito atribui à realidade que o cerca, se constroem, entretecem e se recortam a partir de valores - individuais - resultantes da vivência dele no meio social e das formas pelas quais ele lida com a diversidade. Diversidade que, no caso do Brasil, se relaciona com a existência de classes dominantes que historicamente subjugaram negros, índios e brancos advindos de bolsões vulneráveis, comprometendo o despertar de uma consciência política responsiva nos cinco séculos de formação da nação brasileira. Nos termos de Hero e Tolbert (2011), a diversidade racial enfraquece a democracia quando, por um lado, esta demora muito para contemplar as minorias e, por outro, tais minorias demoram muito a responder responsabilmente pelas suas necessidades básicas.

No Brasil, as políticas públicas têm atraído olhares mais atentos de especialistas e pesquisadores, uma tendência geral no mundo, segundo Gupta (2010), que considera que os fatores envolvidos com tal processo são: i) o processo de democratização força o país a se realinhar com a política internacional; ii) o enriquecimento do país gera um orçamento maior que atrai os olhares para a captação e a distribuição de tais recursos e iii) o desenvolvimento científico contemporâneo tem dado mais importância ao ramo das políticas públicas, uma vez que, diante de mais recursos, há mais disputas pelos atores da arena política. Estado e sujeito interagem em um complexo processo de imbricação de linguagens que dão suporte ao tecido semiótico que os constroem e que compõem a realidade em que eles atuam.

Segundo autores como Lindaman (2011), a responsividade pública advém da consciência política, que precisa ser despertada em processos em que a participação de instituições como a escola, de

representantes das comunidades, e de outros formadores de opinião, desempenham papel fundamental. Processos de construção da consciência de ser-estar no mundo em relação a si mesmo, ao outro e ao meio em que se vive, com direitos e garantias individuais.

O termo responsividade vem sendo usado com frequência na avaliação das políticas públicas, podendo ser entendido - segundo Popescu (2011) - tanto como uma resposta apropriada dos governos às demandas dos cidadãos quanto como uma convergência de ações: do Estado que responde diante de cidadãos que demandam.

O conceito de responsividade de Mikhail Bakhtin revelou-se bastante adequado para as análises que foram feitas aqui. Tomou-se o termo no sentido de resposta responsável, entendendo-se que o conceito conduz à idéia de diálogo responsável entre o eu e o outro, no espaço configurado na e pela diáde cidadãos-governantes (BAKHTIN, 2010b). Para o autor, ato responsável é aquele baseado no reconhecimento da singularidade do sujeito; do sujeito-único que responde de acordo com o que reconhece de si mesmo e que, por isso, quanto mais se reconhecer como um ser que precisa de (um mínimo de) dignidade para viver, mais responsável deverá ser (BAKHTIN, 2010a; 2010b).

A responsividade, então, pode ser vista como o fruto do conjunto de ações das consciências individuais *ligadas umas às outras* e buscando a retomada continua do diálogo para a efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos. Os signos produzidos neste diálogo precisam se entretecer, criando respostas e sedimentos para uma *outra realidade*.

Analisando políticas públicas, tomando por base o conceito bakhtiniano de responsividade, Panhoca e Bonini (2012, p. 262) consideram que

[...] tanto a democracia, quanto a cidadania e a dignidade humana são realidades em construção, que dependem de como se estabelece o diálogo entre os diferentes gestores políticos, mídia, legisladores e outros, de modo a preencher a brecha que existe entre o que se busca para consolidar o processo democrático e

o que realmente se percebe nas respostas dos cidadãos.

Para Bakhtin (2010b), responsividade é uma resposta responsável que se estabelece no diálogo - responsável - entre o eu e o outro. É na interação semiótica que a consciência deixa de ser inquilina do edifício dos signos (BAKHTIN, 2010a) e passa a ser responsável por ele. Descortina-se, aí, um processo de interações sociais e de constituição de responsabilidades pelos próprios atos.

Legisladores devem responder às necessidades do povo, mas efetivamente, no caso brasileiro, há dificuldades a serem enfrentadas nesse processo, não havendo, ainda, volume suficiente de pesquisas mostrando como o público reivindica projetos e propostas que respondam às suas necessidades e, em que medida os legisladores são influenciados por tais reivindicações.

Neste cenário as diferentes linguagens estão vinculadas às condições de diferentes comunidades ou agrupamentos sociais, cada qual reagindo de maneira típica, consideradas as diferentes variações daquela atmosfera social específica.

Abrahão de Castro (2012, p. 1013) lembra que:

[...] a política social e as várias formas de implementação dessa ação levam a diferentes tipos e/ou padrões de atuação governamental na resolução das questões sociais.

No campo da política e da conscientização política o comportamento de universitários brasileiros tem sido estudado como forma de se verificar como se constitui a consciência política deles e de que forma eles se posicionam politicamente. Os resultados mostram jovens pouco envolvidos em atividades coletivas ou políticas, ainda quando eles se mostram solidários e preocupados com o bem comum (CAMINO; CASTRO, 1994; AZEVEDO, 2010).

Bratton (2012) afirma que a responsividade é um conceito político, pois aponta para como os governantes compreendem as necessidades dos cidadãos,

as demandas populares na distribuição dos bens e serviços.

Para Wlenzien e Soroka (2010) a responsividade pública deve ser uma motivação para os políticos, pois aqueles são melhores para monitorar estes últimos, principalmente nas políticas locais. Por isso leva-se em conta que a reação do público é um desafio e um incentivo para o governo, ou seja, para os autores, responsividade pública implica performance democrática.

3 A PESQUISA

Este estudo teve como objetivo principal verificar como os sujeitos enfocados veem a relação entre a arrecadação de impostos no Brasil e sua efetivação na distribuição de bens e de serviços. Nesse sentido buscou-se analisar se e como eles compreendem o papel responsável do cidadão nesse processo e, também, se e como eles se vêem como participantes e como corresponsáveis por esse processo.

Com base em Wlenzien e Soroka (2010) foi desenvolvido e aplicado um questionário, do qual foi extraída e analisada a questão-deflagradora em foco no presente trabalho. A questão enfocada foi destacada por se considerar que o conteúdo das respostas dadas a ela permitiria analisar o posicionamento dos sujeitos no que diz respeito ao papel deles como cidadãos responsáveis e responsivos.

Trata-se de pesquisa qualitativa de orientação sócio-histórica, que direciona a análise para a inter-relação do funcionamento mental humano com os contextos sociais, permitindo a compreensão de uma realidade a partir de interpretações dos relatos dos sujeitos, relatos que expõem as formas pelas quais eles se situam em relação ao seu entorno social, aos problemas e demandas da sociedade em que estão inseridos.

Responderam ao instrumento 72 estudantes, do curso de direito de uma universidade particular do estado de São Paulo. Escolheu-se este curso em virtude de acreditar-se que a formação política de tais alunos - comparativamente aos de outros

curso universitários - deveria permitir um direcionamento e um aprofundamento maior diante da necessidade de reflexões no campo dos direitos humanos e das políticas públicas, na arena do estado democrático de direito, do estado de proteção social.

O estudo, então, enfoca o estudante de direito, uma vez que ele, em sua formação, passa por um processo de compreensão mais estreito das questões da cidadania, da democracia e da dignidade da pessoa humana, frutos da recente reestruturação da sociedade pós-ditadura militar e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Partiu-se do pressuposto de que os estudantes de direito deveriam estar preocupados com o Estado de bem-estar social, com as políticas públicas e sociais e com os mecanismos pelos quais o Estado caminha - ou não - para uma distribuição mais equitativa de justiça, por meio de implementação de políticas públicas e sociais.

Foram coletadas as respostas dadas à questão Você concorda que na medida em que você - ou pessoas de sua família - paga(m) os impostos, os serviços públicos como a saúde, a educação e a segurança pública melhoram? Em seguida perguntou-se: Por que? deixando o espaço livre para a manifestação do respondente. As respostas dadas pelos sujeitos foram transcritas ortograficamente.

Em conformidade com as diretrizes da pesquisa qualitativa, do conjunto de respostas foram extraídos fragmentos que mais claramente mostravam o posicionamento dos sujeitos, considerados os objetivos propostos.

As análises são relativas às respostas dadas pelo conjunto dos universitários, sem preocupação, nesse momento com as especificidades das respostas em relação a gênero ou a faixa etária, variáveis que poderão vir a ser consideradas em outro momento de análise.

O estudo qualitativo considera que os sujeitos estudados, embora únicos, estão, sempre, inseridos em determinada sociedade e em determinado momento sócio-histórico, dos quais eles são representantes (FREITAS, 2003; MINAYO, 2004). Dessa forma, os posicionamentos deles podem ser, em grande

medida, entendidos como representativos dos posicionamentos de outros sujeitos, atores dos *mesmos* processos sócio-históricos, que os constituem ao mesmo tempo em que são constituídos por ele. Posicionamentos entendidos como relativos a processos de construção das formas pelas quais o sujeito passa a estar no mundo, em relação a si mesmo, ao outro e ao meio em que vive, com direitos e deveres que, embora individuais, são construídos na-pela inserção deles no meio social, nas-pelas formas pelas quais eles exercem (ou não) seus direitos, participam (ou não) das demandas e das conquistas dos agrupamentos sociais de que fazem parte.

O paradigma indiciário de Ginzburg (2011) configura-se como estratégia metodológica de extrema relevância nos estudos qualitativos na medida em que o autor mostra que a relevância de indícios e sinais no processo de produção de conhecimentos, incentiva a sensibilidade para a leitura dos sinais individuais, únicos, de cada sujeito. O estudo em questão – onde Ginzburg analisa sinais do meio e a relevância deles para as conclusões finais – é estruturado em duas partes: na primeira o autor descreve o paradigma indiciário e, na segunda, analisa a genealogia de um caso de conhecimento indiciário, destacando a importância de se ater a detalhes e a *pormenores* frequentemente negligenciáveis.

No Brasil, em especial nas duas últimas décadas, as ciências humanas e da saúde veem adotando o paradigma indiciário como estratégia de análise no âmbito das pesquisas qualitativas. Nesses estudos, nos moldes do que se faz aqui, termos e expressões utilizadas pelos entrevistados são considerados como indícios de que determinadas conclusões podem ser tomadas a respeito do posicionamento deles sobre essa ou aquela questão, esse ou aquele tema.

Além disso, o conceito de ato responsável de Bakhtin foi entendido como perfeitamente sintonizado com os dados coletados bem como com as análises feitas, uma vez que tal conceito traz em si o reconhecimento do caráter dialético do processo de construção da singularidade do

sujeito, um sujeito considerado, ao mesmo tempo, como único e como parte do todo. Uma singularidade construída no coletivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se disse anteriormente, a consciência do humano em relação a si mesmo e ao seu estar no mundo decorre de experiências e de processos com os quais ele se envolve no dia a dia e que comporão seus filtros: sociais, culturais, religiosos, valorativos etc.

Os resultados obtidos mostram como os entrevistados percebem seus papéis como cidadãos. As respostas dadas por eles permitiram a emergência de três grandes constatações-categorias de análise:

- (1) Há a crença na corrupção e no desvio de verbas quando se fala em arrecadação de impostos pagos pelos contribuintes, o que foi apontado das formas que seguem:

- Muitos políticos desviam o dinheiro;
 - Todo esse dinheiro vai para o bolso dos políticos e não vemos nenhuma dessas áreas melhorar;
 - O recolhimento dos tributos gera uma renda a qual é possível o investimento em várias áreas do Estado, porém não se pode ter desvios para os bolsos dos políticos, o que geralmente acontece;
 - O dinheiro dos impostos só serve para encher o bolso dos políticos e na melhoria do povo nada;
 - Apesar da corrupção e do desvio de verbas públicas os impostos financiam os serviços públicos que beneficiam toda a sociedade;
 - Em tese, o dinheiro com o qual pagamos os nossos impostos deveria servir para melhorias nos serviços públicos, mas grande parte desse dinheiro é desviado e muito pouco é investido;
 - Através dos impostos é possível custear benefícios para a população através de diversas políticas públicas.
- Porém o grande problema na melhoria de benefícios para a população é a corrupção;**
- O dinheiro público é mal empregado e a corrupção existente no nosso país contribui muito para o déficit que existe hoje em todos os setores;

- Infelizmente vivemos numa época em que os nossos governantes trabalham somente em benefício próprio, com raras exceções, desviando o dinheiro dos impostos e ficando em falta com a prestação de serviços públicos. Pagamos impostos e também saúde, educação e segurança particulares. (Informação verbal, grifos nossos)¹.

Em muitos dos fragmentos dos discursos analisados verifica-se que, do ponto de vista dos entrevistados, a responsabilidade por uma melhor distribuição de impostos é dos políticos, e a corrupção sempre vem atrelada ao recolhimento de impostos e taxas no país.

Os sistemas de valores e os sistemas de crenças relacionados à corrupção e ao desvio de verbas é uma constante nas falas dos estudantes, destacando-se o fato de que eles não se representam como cidadãos com poderes para pressionar (e com responsabilidade de fazê-lo) o poder público, de forma a produzir alguma alteração nesse cenário, cabendo aqui a reflexão de Bratton (2012), que afirma que o conceito de responsividade dá conta de como os cidadãos pressionam e de como o poder público demonstra compreender – e respeitar – as necessidades manifestadas por eles. Responsividade, afirma o autor, implica distribuição de bens e serviços sociais advindos de demandas populares e, nesse sentido, ouvir, responder, advogar, demandar são ações correlatas do conceito de responsividade.

Destacando que a ordem social se conjuga com a ordem econômica e com a valorização do trabalhador Piovesan (2003, p. 331) afirma que a Constituição Federal de 88 apresenta a ordem social como “[...] um amplo universo de normas que enunciam programas, tarefas, diretrizes e fins a serem perseguidos pelo estado e pela sociedade.”, verificando-se, aí, o espaço reservado para as ações responsáveis dos cidadãos no universo da criação da referida ordem social.

Os dados analisados mostram baixo índice de responsividade, da parte dos universitários, que por um lado julgam de forma negativa os governantes

Todo esse dinheiro vai para o bolso dos políticos [...] O dinheiro dos impostos só serve para encher o bolso dos políticos e na melhoria do povo nada [...] mas grande parte desse dinheiro é desviado [...] (Informação verbal)².

E por outro lado não se posicionam, nunca, como corresponsáveis pelos processos de alteração de tal cenário.

(2) A difícil percepção de melhorias, mesmo sabendo que um grande número de cidadãos brasileiros pagam impostos. Os entrevistados veem pouco retorno diante do pagamento de impostos, e quando eventualmente reconhecem alguma forma de retorno, consideram que ele é pouco significativo:

- Mesmo que paguemos impostos **temos pouco retorno**;
- Deveria melhorar, mas **quanto mais se paga imposto parece que piora** a situação; o caso não é pagar e sim a participação, de fato, da população para a melhoria;
- **Pagamos impostos, porém não vemos nenhuma melhoria nestes serviços**, obviamente porque não estão investindo neles. Estamos cientes dos nossos direitos quanto a isso, contudo nada há de se fazer quanto ao que o governo deveria ter feito;
- É evidente que a educação, a saúde, segurança e estrutura de nosso país são de baixa qualidade. **Não vemos o retorno de nossos impostos**, que deveria ser a melhoria dos requisitos fundamentais da população, principalmente a educação;
- **Paga-se muito imposto** e pouco é feito em retorno;
- Os impostos não são bem investidos a saúde, a educação e a segurança pública é um direito, porém **pagamos um absurdo por estes direitos**;
- Não vejo uma melhora significativa nos setores da saúde, educação e segurança pública;

- Ocorrem mudanças que melhoram sim esses serviços, porém o dinheiro dos impostos infelizmente não é somente investido no bem-estar da população;
- Apesar das melhorias serem tímidas, ao longo dos anos elas acontecem. Quando comparamos os índices da saúde, mortalidade infantil, perspectiva de vida, educação, número de alunos matriculados em relação às décadas passadas a conotação de melhorias é visível. (Informação verbal)³.

As respostas, *sejam positivas* ("Apesar das melhorias serem tímidas ao longo dos anos elas acontecem [...]") (Informação verbal)⁴) *sejam negativas* ("Não vejo uma melhora significativa nos setores da saúde, educação e segurança pública." (Informação verbal)⁵) mostram um distanciamento deles próprios da alçada de poder, como se a eles não coubesse nenhum poder de proposição, nenhuma forma de participação ativa nesse processo; nenhum poder de intervenção. As respostas mostram um posicionamento distanciado da possibilidade de participação ativa na vida das comunidades em que vivem. Os entrevistados parecem ignorar o poder que teriam uma vez engajados em movimentos populares que podem vir a conseguir mudanças, que podem culminar em proposição de programas e de políticas que possam significar alteração dessa ordem a que parecem expostos de forma inexorável, cabendo aqui a consideração de Arretche (1995, p. 33, grifo do autor) que nos lembra que "[...] uma determinada política (*policy*) é resultado de formas de ação dos grupos interessados em implementá-la [...]" sendo que mais adiante a autora define *welfare* como sendo:

[...] um campo de escolhas, de solução de conflitos no interior de sociedades (capitalistas avançadas), conflitos nos quais se decide a redistribuição dos frutos do trabalho social e o acesso da população à proteção contra riscos inerentes à vida social, proteção concebida como um direito de cidadania. (ARRETCHÉ, 1995, p. 35).

Wlenzien e Soroka (2010) entendem que a pressão dos cidadãos tem papel

determinante no cenário político e na construção da responsividade pública, considerada por eles como fator de motivação para os políticos. Dessa forma, entende-se aqui, que em um país de dimensões continentais, como o Brasil, cidadãos e poder público devem atuar conjuntamente no monitoramento das demandas sociais.

- (3) Os sujeitos analisados creem que a responsabilidade do cidadão incide apenas no momento de escolher o candidato, nas diferentes esferas de governo, sendo raros os momentos em que manifestam consciência de que - como cidadãos - devem se posicionar e usar canais competentes para buscar seus direitos e melhorias para suas comunidades. Os discursos vêm marcados sempre *de fora para dentro*, expondo a crença de que tais melhorias só virão a partir de ações dos governantes, independentemente da participação popular, reforçando-se aí, a concepção de um Estado intervencionista.

A esse respeito pouco parece ter mudado nas duas últimas décadas, considerando o trabalho de Camino e Costa (1994) que há cerca de 20 anos destacaram o baixo índice de participação política de jovens universitários brasileiros.

- Concordo, mas não é meio de pagar ou para quem vai, mas sim o processo de reutilização para com o dinheiro do Estado é muito devagar, processo muito lento;
- Devido aos valores cobrados dos impostos não há melhora nestes setores e o pior de tudo é que não sabemos onde é investido nosso dinheiro;
- De uma forma generalizada, não somente em meu município, o Brasil hoje possui uma posição boa na tabela econômica mundial, se eu não me engano estamos entre a oitava potência global, no mínimo deveríamos ter nível de primeira linha nos serviços públicos, principalmente na saúde e na educação;
- **Teoricamente** os nossos impostos são revertidos em cobertura de despesas e também melhoria de serviços públicos;

- Dispõem de mais recursos para tais serviços públicos, no entanto precisam ser fiscalizados e otimizados para evitar desvios e desperdícios de recursos;
- Os impostos, **segundo as autoridades, foram criados para esses fins**. Então se os contribuintes têm obrigações de pagar impostos o Estado tem o dever de reverter estes tributos da melhor forma possível para a sociedade. Art. 1º. ao 5º. da CF/88. (Informação verbal, grifos nossos)⁶.

No posicionamento dos estudantes a responsabilidade recai sempre sobre os governantes, refletindo *filtros mentais* que foram se constituindo ao longo do processo de construção do Estado e ao longo da *construção* deles, constituídos como sujeitos, nesse mesmo Estado.

Não há, nas respostas, posturas indicativas de reivindicação de direitos, atribuindo-se unicamente ao Estado o poder de propor e de promover alterações da ordem vigente, como se as políticas sociais implementadas pelo Estado não fossem decorrência de diferentes interesses expressos nas relações sociais de poder, conforme considerado, dentre muitos outros autores, por Abrahão de Castro (2012), Arretche (1995) e Hofling (2001).

No seu conjunto, os resultados obtidos vêm ao encontro dos dados de Azevedo (2012), que nos lembra que a preservação e o fortalecimento das instituições democráticas de um povo estão diretamente relacionados com o conceito de cidadania vigente nessa sociedade. A partir de estudo desenvolvido junto a 301 alunos de instituições de ensino superior do Vale do Paraíba, a autora encontrou alunos solidários e preocupados com o bem comum e ético, porém refratários à participação em atividades coletivas ou políticas.

5 CONCLUSÃO

Os resultados do estudo mostram as formas pelas quais os sujeitos enfocados se posicionam quanto à relação entre o pagamento de impostos e a obtenção de melhorias, bem como seus mecanismos de

posicionamento diante de questões políticas e sociais e diante de processos de corresponsabilidade com os quais deveriam se envolver no exercício da vida em sociedade.

Verificou-se que a amostra estudada vê pouca relação entre o pagamento de impostos e as melhorias obtidas, sendo que nos discursos deles emergem questões que vão além da ausência de responsividade.

Os universitários acreditam que a corrupção impede as melhorias nos bens e serviços públicos, sem que haja, no entanto, uma tomada de posição deles, como eleitores e como sujeitos conscientes, que poderiam atuar na direção da obtenção das mudanças necessárias.

Não foram obtidos dados que reflitam sujeitos posicionados socialmente para atuar na arena política, reivindicando melhorias e mais transparência nos diferentes processos de distribuição de recursos para a população.

Finalmente, verificou-se que há pouca consciência de que um posicionamento deles, como cidadãos demandantes, poderia contribuir com as almejadas modificações.

Entende-se que os resultados obtidos interessam ao universo das políticas públicas brasileiras, na medida em que mostram as formas pelas quais o conjunto de universitários estudados relaciona-se com temas fundantes da vida em sociedade: pagamento de impostos, obtenção de melhorias e posicionamento responsável dos cidadãos em tais processos.

Os resultados mostram as formas pelos quais os sujeitos enfocados – atores do cenário político brasileiro – se posicionam como cidadãos, diante de temas de tamanha relevância. São, portanto, dados que contribuem com as reflexões no cenário das políticas públicas e das políticas sociais do país.

Estudos posteriores poderão ser desenvolvidos pelas autoras enfocando as variáveis gênero e faixa etária, ajudando a ampliar e a aprofundar o universo de discussões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO DE CASTRO, J. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e**

Sociedade, Campinas, SP, v. 21, n. esp., p. 1011-1042, 2012.

ARRETCHE, Marta. T.S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, p. 3-40, 1995.

AZEVEDO, Izabella Miranda. **Efeitos de gastos do governo em um modelo dinâmico escolástico de equilíbrio geral com restrições financeiras**. 2010. 65 f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresaria) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

_____, L. R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **ECCOM**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 7-22, 2012.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010a.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos, SP: Pedro & João Ed., 2010b.

BRATTON, Michael. Citizen Perceptions of local government: responsiveness in sub Saharan Africa. **World Development**, [S. l.], v. 40, n. 3, p.516-527, 2012.

CAMINO, Leoncio; COSTA, Joseli Bastos da. A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psico-social a partir da noção de identidade. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, SP, v. 2, n. 1, p. 1-16, abr. 1994. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2013.

FREITAS, M. T. de A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: _____; Jobim; SOUZA, S.; KRAMER, S. (Org.). **Ciências humanas e pesquisa**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. p. 26-38.

GARCIA, M. J. R.; YÁÑEZ, C. J. N. La feminización de la política municipal: el caso de los municipios españoles. **Revista**

Internacional de Sociología, Córdoba, v. 70, n. 1, p. 181-201, enero/abr. 2012.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

GUPTA, D. K. **Analyzing public policy: concepts, tools & techniques**. Washington, DC: CQ Press: San diego State University, 2010.

HABERMAS, J. The concept of human dignity and the realistic utopia of human rights. **Journal compilation metaphilosophy LLC and Blackwell Pub**, USA, v. 41, jul. 2010.

HERO, R. E.; TOLBERT, C. J. Minority voices and citizen attitudes about government responsiveness in the American states: do social and institutional context matter? In: LINDAMAN, Kara L. (Ed.). **Direct democracy: the struggle for democratic responsiveness and representation**. New York: Idebate Press NY, 2011.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

LINDAMAN, Kara L. (Ed.). **Direct democracy: the struggle for democratic responsiveness and representation**. New York: Idebate Press NY, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PANHOCA, Ivone; BONINI, Luci M. M. Responsividade pública: um compromisso na construção da cidadania. **Rodas de conversa Bakhtiniana**, São Carlos, SP, 2012.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

POPESCU, L. G. Making public policies work: between responsiveness and convergence of agendas. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, Romania, n. 34, p. 186-200, 2011.

WLEZIEN, C.; SOROKA, S. N. Federalism and Public responsiveness to policy. **Publius: the Journal of Federalism**, Oxford, v. 41, n. 1, p. 31-52, 2010.

NOTAS

¹ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

² Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

³ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

⁴ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

⁵ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

⁶ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

Ivone Panhoca

Fonoaudióloga

Doutora em Ciências

Professora do Curso de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

E-mail: i.panhoca@terra.com.br

Luci Mendes de Melo Bonini

Professora

Doutora em Comunicação

Coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

E-mail: luci.bonini@umc.br

Universidade de Mogi das Cruzes - UMC

Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200

- Mogi das Cruzes/SP

CEP: 08780-911